

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE URUAÇU

DIVALCY VIEIRA
JHORZILENE RODRIGUES FERNANDES

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL VILANIR DE ALENCAR
CAMAPUM

URUAÇU
2013

DIVALCY VIEIRA
JHORZILENE RODRIGUES FERNANDES

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL VILANIR DE ALENCAR
CAMAPUM

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás, como requisito avaliativo para obtenção do título Pedagogo, sob a orientação do Prof. Ms. Moisés Pereira da Silva. Área de concentração: Pedagogia.

URUAÇU
2013

DIVALCY VIEIRA
JHORZILENE RODRIGUES FERNANDES

A Educação Inclusiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás, como requisito avaliativo para obtenção do título Pedagogo, sob a orientação do Prof. Ms. Moisés Pereira da Silva. Área de concentração: Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Moisés Pereira da Silva (UEG-Uruaçu/ PUC-SP)

Prof^ª. Esp. Giselda Rodrigues Araújo (UEG-Uruaçu)

Prof^ª. Esp. Marlene Correia Teles (UEG- Uruaçu)

Dedicamos este trabalho a nós Divalcy Vieira e Jhorzilene Rodrigues Fernandes, e a todos os colegas que querem aprimorar seu aprendizado na área da Educação Inclusiva.

"O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura de Souza Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por nos conceder essa graça de realizar esse trabalho. A nossa família pelo apoio. Aos professores pelo apoio prestado durante esses quatro anos. Ao professor orientador pela dedicação que nos foi dispensada durante esse trabalho.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o ensino oferecido em educação especial na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, tanto no contexto do atendimento no que diz respeito a acessibilidade, a gestão, o acompanhamento docente e também dos pais dos alunos com necessidades especiais. Para tanto, buscamos embasamento teórico na LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que discute a educação especial no Brasil desde a sua implantação, e também a proposta a serem adotadas pela escola pública, para que as políticas educacionais sejam implantadas e a educação inclusiva seja efetivada. Estudamos alguns teóricos e suas idéias sobre esse tema, enfim apresentamos uma entrevista que é um estudo de caso sobre a rotina de um aluno da escola analisada ressaltando o atendimento prestado, formação profissional e as limitações apresentada pela escola. Concluímos que muito tem se feito para a melhoria da educação especial, mas algumas medidas devem ser adotadas principalmente de políticas que apóiam a formação profissional e a acessibilidade.

Palavras Chave: Educação Inclusiva, acessibilidade, desafios.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação _____ | 08 |
| Capítulo I: Fundamentos Teóricos e Legais da Educação Inclusiva _____ | 10 |
| 1.1 - Fundamentos teóricos da educação inclusiva: algumas considerações _____ | 13 |
| 1.2 - A LDB e a educação inclusiva _____ | 16 |
| 1.3 - Os PCNS e a educação inclusiva _____ | 24 |
| 1.4 - Fundamentos teóricos sobre educação inclusiva para deficientes auditivos _ | 27 |
| Capítulo II: A Escola Vilanir de Alencar Camapum e a Educação Inclusiva _____ | 32 |
| 2.1 – A Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum: características gerais. _ | 32 |
| 2.2 – Os princípios de gestão escolar e a gestão na Escola Municipal Vilanir de _ Alencar Camapum. | 33 |
| 2.3 – A escola e o contexto social da escola _____ | 34 |
| 2.4 – Educação, infraestrutura: desafios e perspectivas para a educação inclusiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum. _____ | 35 |
| Capítulo III: Os sujeitos da educação e a educação dos sujeitos _____ | 38 |
| 3.1 – A formação docente, educação inclusiva, o aluno deficiente auditivo e a __ Escola Municipal: interfaces | 39 |
| 3.2 – Os sujeitos do processo. _____ | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ | 46 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA _____ | 48 |

APRESENTAÇÃO

No meio educacional tem sido freqüente estudos envolvendo alunos com necessidades especiais. Esses necessitam de uma educação diferenciada para contribuir em seu desenvolvimento. Essas informações têm contribuído para o debate e o estabelecimento de novas políticas educacionais. Para qualificar a formação docente no atendimento dessa demanda por muito tempo ignorada pelo poder público. Cada vez mais a inclusão deixa de ser um conceito acadêmico para tomar forma na prática docente.

Assim, o trabalho apresentado está inserido na concepção de inclusão enquanto questão social urgente e com demanda a qual não podemos ignorar. Partimos, portanto, do contexto da nossa prática de estágio e pelo interesse que nos despertou a realidade de um aluno com deficiência auditiva, discente da Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, campo do nosso Estágio. Resolvemos, ao mesmo tempo que conhecemos o aluno e a escola, entendermos melhor, teoricamente, a problemática da educação inclusiva no Brasil, e em especial no município de Uruaçu-GO.

O olhar sobre a criança surda, que se caracteriza como um dos objetos desse estudo será realizado em vários aspectos; enquanto aluno e ser social, seja a sociedade uruaçuense; meio cultural e, principalmente, no âmbito escolar na qual é nosso maior interesse.

A análise desse estudo surge da percepção da questão feita após um acompanhamento com esse aluno no período que estávamos realizando o estágio de observação no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Nessa instituição, o aluno surdo era um dos melhores da sala, em relação à compreensão dos conteúdos ministrado pela professora regente que era a mesma que prestava assistência especial. Esse centro não contava com o acompanhamento de nenhum professor intérprete. A observação do desenvolvimento do aluno, o comportamento, o desenvolvimento avançado em relação aos demais alunos, a agilidade em resolver os problemas propostos pelos professores, mesmo tendo deficiência auditiva, fez surgir o questionamento que motivou a pesquisa.

Como o aluno estava na reta final da educação infantil, e não era acompanhado conforme a necessidade, nossa preocupação maior foi: como esse aluno será recebido na educação básica? A escola estará preparada para receber esse aluno? O aluno terá o apoio devido na nova escola? Os profissionais da nova escola são qualificados para atender as necessidades desse aluno? Essas e inúmeras perguntas surgiram para nós. Nosso interesse em desenvolver esse trabalho é analisar a questão do atendimento e acompanhamento que o aluno

surdo receberá na nova escola na qual foi matriculado pelo pai. Sendo os primeiros anos de escola do aluno surdo na qual já está sendo feita a alfabetização, nossa preocupação se resumiu nessa fase, pois se o aluno surdo na qual está sendo estudado tiver uma boa formação inicial conseqüentemente esse aluno poderá alcançar um grande êxito em sua vida futura.

O trabalho está organizado em três capítulos assim distribuídos. O primeiro irá discutir os Fundamentos Teóricos sobre a educação inclusiva, educação inclusiva de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Os PCNs e a educação inclusiva e os Fundamentos Teóricos sobre a Educação para Deficientes Auditivos. O segundo capítulo irá discutir todo o contexto da Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum na qual o aluno surdo está matriculado envolvendo os aspectos, perfil da escola, a gestão escolar, o espaço e estrutura de atendimento da educação especial, O contexto social da escola, o bairro a qual está situada, a comunidade que está inserida nesse bairro, o perfil dos alunos que freqüentam a escola e como a escola interage com a sociedade.

O terceiro e último capítulo aborda a Docência e Educação Inclusiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, A Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum e o aluno com deficiência auditiva: práticas e desafios e A educação inclusiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum na ótica dos sujeitos envolvidos.

Nossa pesquisa foi desenvolvida através de leituras, acompanhamento na rotina escolar do aluno na nova escola e por meio de pesquisa que envolveu intérprete, diretora e o pai do aluno. Enfim, acreditamos que a presente pesquisa trará uma contribuição teórica com estudo de caso para os educando que se deparam dias após dias com alunos surdos em sala de aula e que estão sempre na busca de aprimorar seus conhecimentos, mas, sobretudo aprender a lidar com essas novas exigências que atualmente tem sido colocada na educação especial de uma sociedade que se encontra em constante renovação.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O sociólogo Lindomar Wessler Boneti (2006), trata em sua análise crítica os fundamentos teóricos e conceituais que sustentam a educação inclusiva. Seu objetivo é discutir os conceitos envolvidos na formulação desse discurso focando no caso da inclusão, da cidadania, da desigualdade e da diferença, na perspectiva de se diferenciar tipos de ações educacionais que se produzem. Esses procedimentos são denominados de educação inclusiva, mas na verdade se resume em procedimentos burocráticos. O autor em seu argumento afirma que em geral as instituições públicas não absorveram a evolução conceitual e teórica processadas na academia envolvidas na educação inclusiva. Assim, ocorrendo a necessidade de uma revisão mais detalhada por parte das ações educacionais.

Boneti ao falar da noção da exclusão social, afirma que a mesma apareceu mais tardiamente, com a crise da representação da questão social a partir da classe e da desigualdade social. Ou seja, a noção da exclusão social apareceu quando tornou se impossível à formalização do vínculo com a produção pela maioria da população. Boneti em seu estudo afirma que a noção da exclusão social apareceu no momento em que o sistema econômico quebrou a homogeneidade, impondo um processo de individualização. Nesse contexto não se considera a exclusão social como uma categoria de análise igual à classe social, mas sim de uma problemática social.

No entanto, Boneti(2006, p. 118) aponta a trajetória histórica tortuosa da noção da exclusão social motivada por vários fatores.

Em primeiro lugar, decorrente da origem positivista da noção da exclusão social, partindo do pressuposto de dualidade e hierarquização das relações sociais. Nesse caso as pessoas excluídas seriam as que estivessem fora do social, como os leprosos, os marginais, os doentes mentais etc. Em segundo lugar, a origem positivista da noção da exclusão criou entraves na utilização desta noção na academia em especial a brasileira, pela incompatibilidade do pressuposto da sociedade trazida por estudos realizados por marxistas. Em terceiro lugar, trata da confusão metodológica na trajetória histórica desta noção que surgiu a partir do entendimento de que a noção da exclusão social se constituísse de uma categoria de análise igual à de classe social.

Na concepção de Boneti, a noção de inclusão é diferente apresentando positividade relacionada a uma problemática social. Nessa mesma concepção, para o autor uma das noções que nasceu e persiste até os dias atuais é a noção da cidadania. Essa noção que está presente nos nossos dias e que conserva uma proximidade com o ser incluído estando associada aos direitos constitucionais. Entendendo o social a partir da concepção do dentro pra fora compreende-se que originou a principio da noção da cidadania, ou de cidadão, para a pessoa que estivesse incluída numa sociedade racional, numa sociedade de direito, numa sociedade de Estado.

Para a perspectiva do autor a pessoa incluída seria a pessoa cidadã, ou seja, com direitos e deveres frente a um contrato social, direitos de votar e ser votado, usufruindo dos direitos sociais básicos. Em sua compreensão a concepção de cidadania restringe o individuo a uma posição passiva diante da sociedade, pois garante a participação do individuo por vias formais na medida em que esse individuo é incluído formalmente como cidadão que vota, que opina e que produz pra sociedade.

Ainda discuti a participação do individuo na sociedade, a observação feita é que no entendimento de cidadão não atribui qualificativo de cidadania a uma pessoa que não vota, que não trabalha, que não dá sua opinião. Fazendo o uso do entendimento teórico do social como um todo, considera cidadã a pessoa que pede na rua, aquela que não vota, que não trabalha e que não opina formalmente. É importante considerar que esse tipo de população também tem participação na sociedade, porque consomem.

Boneti (2006, p. 120) afirma que:

O conceito do dentro e do fora e o jurídico da cidadania não somente subsidiou o surgimento do conceito de inclusão com estando dentro, mas também se constituiu de vários objetivos da educação inclusiva. Ou seja, a partir de uma concepção conservadora de cidadania atribuiu-se o resgate à cidadania.

Para o autor o conceito de inclusão carrega consigo dois pesos desfavoráveis: o primeiro é referido à herança teórica e metodologia utilizada para a formação e dicotomização do dentro e do fora superado pela exclusão. O segundo está ligado à agregação conservadora da sociologia política associando a inclusão à cidadania a fim de inclui-la no contrato social

para assim usufruir de direitos. Nota-se que ambas as situações fazem com que a palavra exclusão assuma a existência de um único projeto político existente na sociedade.

Como aponta Boneti (2006, p. 123),

O conceito de desigualdade tem origens da sociologia política na medida em que a noção da igualdade é associada ao acesso aos direitos sociais de uma sociedade civil organizada. A desigualdade de modo geral representa em uma produção capitalista, a integração e a desintegração do trabalhador em consequência a ideia da relação desigual que propicia mudanças. Entende-se que a desigualdade entre as pessoas proprietárias dos meios de produção e as que possuem a força de trabalho é fundamental sobre a exploração de classe.

Para o autor, a relação desigual apresentada na exploração é conflituosa, pois ambos os lados depende um do outro para a perpetuação criando uma luta pela eliminação da parte opositora. Sendo assim a noção de igualdade e desigualdade guarda uma conotação material do entendimento de condição social que é fundamentada na relação que se estabelece entre a pessoa e a sociedade civil.

Em sua concepção o autor considera que a realidade social capitalista é realizada pelo contexto das desigualdades sociais, pontuando questões de ordens teóricas e metodológicas que são implicadas na busca da compreensão dos principais fatores que são condicionantes ao acesso que referido ao contexto social remete a construção de pressuposto aos bens culturais e sociais, ao capital cultural, econômico e público, aos saberes e habilidades necessárias à participação em atividades que são produtivas da sociedade.

Para Boneti, o primeiro aspecto a se considerar no que diz respeito ao acesso é o método teórico utilizado para a compreensão dos fatores condicionantes do acesso. Nesse contexto o acesso tem sido tratado como uma dualidade metodológica e teórica entre o funcionalismo e o marxismo. Portanto o funcionalismo mostra a parte prática, bem como a complexidade das teorias que devem ser aplicadas para que a inclusão aconteça. Enquanto o marxismo se relaciona a condição de classe e aspecto social condicionado ao educando. No entanto essas dualidades entre funcionalismo e marxismo caminham juntas mesmo que o funcionalismo tende a atender de forma mais eficaz as necessidades diversificadas num contexto de inclusão.

O acesso traz uma complexidade na análise a partir da compreensão teórica, assim para buscar essa compreensão do acesso é preciso valer-se de várias compreensões teóricas.

As implicações metodológicas e teóricas referente ao acesso segundo o autor estão relacionadas às desigualdades sociais. O primeiro condicionante do acesso sendo, considerado o primeiro fator da desigualdade se dá ao nascer, referindo a gênero, raça e condição socioeconômica. A desigualdade é a igualdade ao nascer apresentam ao indivíduo como um fato consumado, sendo assim, a sociedade moderna só se mostra igualitária na medida em que se estende o direito em termos normativos, jurídicos e políticos. O segundo condicionante do acesso está na condição de classe e na apropriação dos frutos do trabalho que seria conforme Max, o fator principal da desigualdade social. O terceiro condicionante do acesso na visão de Bourdieu, referida em vários momentos de sua vida está ligado no caso escolar, ou seja, a desigualdade no acesso ao processo escolar onde permite às classes dominantes o monopólio da utilização do sistema escolar.

Nas argumentações de Boneti a noção da inclusão social está relacionada a vários fatores da sociedade que guardam o direito do acesso aos bens sociais e aos serviços produzidos. A exclusão social nos dias de hoje diz respeito às estruturas da sociedade salarial e a ocupação dessa sociedade no processo das políticas pública.

1.1 - Fundamentos teóricos da educação inclusiva: algumas considerações

Não é verdade dizer que a escola especial surgiu, historicamente, para substituir a escola comum. As escolas especiais surgiram de uma necessidade de estar colocando pessoas que antes eram marginalizadas pela sociedade ou apenas escondidas do meio social por ter alguma deficiência e que agora a própria sociedade viu a necessidade de estar levando-as para participação no contexto social. A história da inclusão mostra que ela atravessou séculos e culturas em diferentes fases e épocas. Segundo Correia (1999, p. 56), “A idade antiga, na Grécia é considerada um período de grande exclusão social, pois crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chances ou direito ao convívio social”.

Na idade média eram vistas como inválidas e por questões sobrenaturais eram perseguidas e mortas.

Conforme Jannuzzi (2004, p. 52),

No Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes se restringia aos sistemas de abrigos e a distribuição de alimentos nas Santas

Casas. No século XX, com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começaram a influenciar a educação inclusiva. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil.

Diante da inclusão, o desafio das escolas comuns e especiais é de tornar claro o papel de cada uma, pois a educação para todos não nega nenhuma delas, mas, é bem verdade que é desafio muito grande a ser enfrentado, pois as escolas precisam se adequar a esse público tanto na parte física como em materiais didáticos bem como aos profissionais que vão atender essas pessoas que tanto precisam de apoio.

Estamos vivendo um momento em que mundialmente se fala em inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. A legislação é clara, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, é preciso que se tenham condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

A efetivação do direito ao acesso de qualquer aluno se matricular em escolas regular de ensino, sem qualquer tipo de restrição é um direito adquirido e garantido pela Constituição Federal. Em seu artigo: 5º. Dessa forma é necessário e urgente, que o sistema de ensino se organize para que além de assegurar essas matrículas assegurem também à permanência desses alunos nas instituições escolares sem perder o foco que é o desenvolvimento do ensino.

O indivíduo com uma restrição física e mental limita se a capacidade de exercer uma ou mais atividade essencial à vida diária no ambiente econômico e social. Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva.

Segundo os estudos de Mazzota (2005) três atitudes se destacam que marcam o desenvolvimento na educação especial:

A Marginalização, Assistencialismo, Educação/Reabilitação. A atitude da marginalização é marcada pelo descaso e omissão que a sociedade tem em atender essas pessoas com algum tipo de deficiência. A atitude de assistencialismo é marcada pelo sentido paternalista apenas do cuidar

deixando de explorar o potencial desses indivíduos. Já Educação/Reabilitação possibilita mudanças e desenvolvimento das pessoas com deficiência por causa disso, que se tem uma grande preocupação em organizar esse trabalho na educação. (MAZZOTA, 2005, p.65)

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade. Artigo 3º afirma Jantien Declaração Mundial sobre a Educação. Para construir uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também, que se tenha a preocupação e cuidado com a linguagem que vai ser utilizada. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação, respeito, preconceito ou discriminação com as pessoas, ou grupo de pessoas que tenham essas características. É imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente cheios de preconceito, estigmas e estereótipos. Alguns termos podem ser considerados corretos ou incorretos de acordo com os valores e conceitos vigentes em cada época e sociedade.

Assim, com o decorrer do tempo, mudam-se os valores mudam - se os conceitos mudam-se também, os termos. Essas palavras que já existem passam a ter um novo significado, ou então são construídas para ter um novo conceito. A preocupação é o fato de estar usando palavras de forma incorreta e perpetuar a forma errada e equivocada de passar as informações tornando um conceito errado e ultrapassado. No Brasil têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assuntos relativos à deficiência, com o objetivo de coibir práticas discriminatórias.

Por mais aceitável que seja essa possibilidade, dado que muitas crianças e adolescentes apresentam diferenças bem significativas não podendo esquecer que esses alunos têm como qualquer outro direito acesso à educação em ambiente escolar juntamente com seus pares da mesma idade cronológica. Para que o processo de inclusão possa ser direcionado a um bom atendimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, buscando o benefício de alunos e professores. É preciso organizar e definir o desenvolvimento de estratégia de intervenção que possibilite a aplicabilidade dessa proposta, certo que devemos estar conscientes que não há modelos pedagógicos prontos e acabados nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional para a escola de inclusão para todos.

Cada profissional da área da educação, cada aluno, possuem suas especialidades e fazem parte de diferentes realidades. No entanto é possível estabelecer adaptações que possam contribuir para amenizar situações de dificuldades para as pessoas com necessidades especiais

diversas existentes nas escolas. Uma vez os alunos com necessidades especiais estão chegando às escolas, cabe a cada um encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar aconteça os avanços e transformações, ainda que pequenas, mais que possa propiciar o início de uma inclusão escolar com o objetivo de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos nesse processo.

Apesar de todos esses avanços 90%, das escolas Públicas, Estaduais e Municipais do país não contam com equipes técnicas e clinica para uma ação inter-setorial de acolhimento a essas pessoas. O sucesso da aprendizagem está no, explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. Essas lacunas devem ser bem preenchidas. Caso extremamente grave de alunos em situações próximo á vegetativa, não são publicas, nem das atuais escolas chamadas especiais. Esses deverão participar da escola regular onde conviverão com outras pessoas e aprenderão o que for possível. Não podemos e nem é possível individualizar o ensino para quem quer que seja, na medida em que não podemos controlar de fora o processo de compreensão de outra pessoa. Quando o ensino não é compatível com a capacidade que qualquer aluno tem de entender o conteúdo escolar, este perde o sentido e será esquecido rapidamente.

1.2 - A LDB e a educação inclusiva

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394 de 1996, houve um processo de mudanças no sistema educacional em diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação especial presente nessa lei possibilita o aumento da oferta para alunos com necessidades especiais. O capítulo V, que trata “Da Educação Especial”, está dividida em três artigos referentes ao atendimento especializado ligado à educação escolar. Entre essas mudanças destaca-se a implantação da política de inclusão das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino. No entanto, com essa mudança a educação especial se modifica e as escolas dessa modalidade de ensino ganham novas atribuições. Segundo a LDB a Educação Especial passa a ser entendida:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §

2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (LDB, 1996)

Com a aprovação dessa lei a proposta da educação inclusiva, permite as pessoas com necessidades especiais possam participar em iguais condições nos processos educativo das escolas de ensino regular. Assim, as escolas independentes do nível e da modalidade de ensino passam ter capacidade inclusiva. Já que passam a ser espaço para a inclusão social de pessoas com necessidades especiais. Significa que a escola tenha por principal objetivo a educabilidade de todas as crianças, jovens e adultos e que assuma “que a heterogeneidade é a certeza mais certa”. (AZEVEDO, 1994, p. 110)

Ainda identifica a educação especial como modalidade escolar que é destinada aos educandos com necessidades especiais. Nos parágrafos 1º e 2º prevê que na impossibilidade de integração dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares garantam o direito a educação em outros espaços. Tais como as APAEs, CAEEs, entre outros ambientes com diferentes nomenclaturas. Esses aspectos foram estabelecidos no PNE (Plano Nacional de Educação) como metas a serem alcançadas:

[...] Implantar, em até quatro anos, em cada unidade da Federação, em parcerias com as áreas da saúde, assistência social, trabalho e com as organizações da sociedade civil, pelo menos um centro de serviço educacionais especializados, destinado ao atendimento dos casos mais graves de comprometimento mental e de deficiências múltiplas. (MINTO, 2000, p. 3)

Essa colocação preserva a idéia da opção médica que podem ocorrer dependendo das características pessoais de cada aluno. Segundo Bridi (2006, p. 5) “O diagnóstico médico - clínico, historicamente serviu para definir os espaços escolares que deveriam freqüentar os alunos com diferentes deficiências e graus de comprometimento”.

Essa influência da área de saúde se evidencia na seguinte meta do PNE:

Garantir a generalização, em cinco anos, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças com necessidades especiais nessas áreas. (MINTO, p. 3)

O atendimento educacional especial, no Brasil faz parte da vida de muitas crianças. Por isso surge a necessidade de observar a forma como está organizada essa estrutura educacional. Segundo Batista (2006, p. 8):

A escola especial foi criada para substituir a escola comum no atendimento a alunos com deficiência, assumindo o compromisso da escola comum, sem uma definição clara do seu. É importante esclarecer, que houve um tempo em que se entendia que esses alunos não eram capazes de arcar com o compromisso primordial da escola comum de serem introduzidos no mundo social, cultural e científico, a não ser em condições muito específicas e fora dessa escola.

Nesse mesmo artigo no parágrafo 3º, destaca a oferta de educação especial já na educação infantil tendo início na faixa etária de zero a seis anos. Permitindo o acesso de crianças de zero a seis anos de idade. Neste parágrafo fica claro que a obrigação do Estado tem início entre zero e seis anos de idade, sendo um dever constitucional. Sobre o assunto PNE procura definir como metas:

Organizar, em todos os municípios e em parceria com a área de saúde, programas destinados a ampliar a oferta de procedimentos de estimulação precoce para as crianças com necessidades especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente em creches. (MINTO, 2005, p. 3).

No artigo 59º, sobre a educação especial temos definidos a organização dos sistemas responsáveis por essa modalidade e o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência e altas habilidades. Para tanto, regulamenta a educação especial da seguinte maneira:

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante

articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 1996).

O Artigo 59, nos seus incisos I, II e III mostra as bases pedagógicas que devem ser apoiadas a educação para alunos com necessidades especiais. Para assegurar aos alunos com necessidades especiais a validade de seus estudos. Segundo o PNE é necessário:

Adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes para o recebimento de alunos com necessidades especiais e estabelecer, nos padrões mínimos de infra-estrutura das escolas, exigências nesse sentido. [...] Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidade especial, inclusive através de parceria com organizações da sociedade civil voltada para esse tipo de atendimento. [...] (LDB, 1996).

Um dos pontos mais sensíveis do artigo 59 é a previsão de professores com especialização adequada em nível médio e superior para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos na classe comum. De acordo com Bueno (1999, p. 61), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

Assim a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor. (GLAT & FERNANDES, 2005, p. 56)

A questão dos profissionais na área da inclusão contida nesse artigo parecem vagas para mostrar o perfil do profissional adequado para a educação especial. No geral, a formação desses profissionais da educação está na dependência de regulamentação dos institutos superiores de educação que serão responsáveis pela formação de professores para a educação infantil e fundamental. Aos professores de ensino regular a Lei reserva aos municípios a realização de programas de capacitação a todos os professores que estão em sala de aula. Segundo Lima:

Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. Para tanto, é importante que eles compreendam o contexto sócio-histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. Além disto, que possuam o domínio básico de conhecimentos que os auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de integrarem com elas, obtendo assim subsídios para atuarem pedagogicamente. (LIMA, 2002, p.122)

O curso de formação dos professores não apresenta grande ênfase no tema das necessidades especiais, mesmo que esse tema apresente carência de um estudo mais detalhado para melhor compreensão do assunto de inclusão, ainda falta muito para se estudar a educação especial. Com o objetivo de buscar aperfeiçoar os profissionais ficou definido no PNE:

Incluir nos currículos de formação dos professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para atendimento aos portadores de necessidades especiais.[...] Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação, para formar pessoal especializado em Educação Especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação.[...] Introduzir, dentro de três anos, conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades educativas especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem, Arquitetura e outras. (MINTO, 2000, p. 4 e 5)

No inciso IV, do artigo 59, tem-se a definição dos objetivos da educação. Pode se notar que na escrita defini como função a integração adequada permitindo a esse aluno que se integra no mercado de trabalho de forma eficaz e produtiva. Mas devido às limitações ocorridas na escola diminuem bastante as condições desse aluno ser integrado de fato no contexto social. Pois as regras de mercado procuram pessoas que sejam capazes de exercerem atividades, e que limitações podem causar a exclusão dessas pessoas do mercado. Segundo VIANA (2010, p. 22):

A inserção dos deficientes no mercado de trabalho se constitui num dos meios de viabilizar o processo de integração desses sujeitos com “limitações”: física, mental, auditiva e visual na sociedade. Por meio do trabalho, eles podem demonstrar suas potencialidades, capacidades e competências, construir uma vida mais independente e autônoma, contribuir

para seu sustento e ter maiores possibilidades de expandir suas perspectivas de vida, inclusive sob o aspecto dos relacionamentos sociais.

Desse modo o trabalho tem um efeito de reabilitar o deficiente na medida em que contribui para o aumento da autoestima, mas com a ausência dessas possibilidades de trabalho, a pessoa deficiente sentirá excluída sendo sempre considerado subordinado dos outros. No Plano Nacional de Educação encontramos referências sobre essa necessidade de inclusão no mercado de trabalho, definindo a seguinte meta:

Estabelecer interfaces com áreas envolvidas com a Política Nacional de Educação para o Trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, para a criação de programas de qualificação profissional para alunos portadores de necessidades especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho. (MINTO, 2000, p. 4).

O Artigo 60 prevê o estabelecimento de critérios das instituições privadas de educação especial, através dos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o recebimento de apoio técnico e financeiro público. Em seu parágrafo único reafirma a preferência pela ampliação do atendimento no ensino regular público.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB, 1996).

Esse artigo é mais objetivo mesmo com essa preocupação de que o poder público deva adotar o atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino. No entanto não descarta a possibilidade de atendimento na rede privada, e mesmo quando isso ocorre não deixa de ser responsabilidade do Estado à manutenção deste aluno na rede de ensino. Essa preocupação fica evidenciada com as metas do PNE que defini a necessidade de recursos públicos e a importância da participação da sociedade civil nessa organização:

Aumentar, em dez anos, os recursos de educação para atendimento aos educandos com necessidades especiais, a fim de atingir um mínimo equivalente a 5% dos recursos destinados à Educação, recursos esses que devem ser atingidos através de parcerias com as áreas de saúde e assistência social. [...] Estabelecer, em um prazo de três anos, em todos os sistemas de ensino, um setor responsável pela Educação Especial, bem como pela administração dos recursos orçamentários específico para o atendimento dessa modalidade, que possa atuar em parceria com os setores de saúde e de assistência social e as organizações da sociedade civil. (MINTO, 2000, p. 5)

No capítulo V, já havia o estabelecimento dos critérios que deverão ser considerados como base nos mecanismos de acompanhamento das instituições de ensino privado regular, como na avaliação dos tipos de instalações, na habilitação do pessoal e as formas de acompanhamento no processo de ensino.

Sem dúvida a LDB 9394/96 mostrou um avanço bastante significativo para a Educação Especial tornando-a uma modalidade de educação escolar oferecida na rede de ensino regular para as pessoas com necessidades especiais. Cabe agora a todos os órgãos públicos e privados diretamente ligados a educação, juntamente com a sociedade, lutarem para que essa modalidade seja assegurada para todos os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado.

Com essas metas o PNE/MEC ¹constata que o atendimento que existe hoje é pouco e também precário. A legislação brasileira determina que a Educação Especial deva ser oferecida na rede regular de ensino. No entanto, grande parte das escolas não está preparada para esse tipo de atendimento. Falta estrutura de acesso e recursos pedagógicos, para que seja possível a essas unidades de ensino concretizarem o processo de inclusão social.

O estado considera que para os alunos quanto mais cedo for detectado os problemas e oferecido programas de atendimento especiais, maiores serão as chances de atenuação da deficiência. Segundo Minto (1996), embora o PNE/MEC reconheça que as creches não estão preparadas para assumir a tarefa em relação aos bens materiais e condições humanas, admite que é responsabilidade do poder público o atendimento precoce de prevenção às crianças de até três anos de idade que apresentam necessidades especiais.

Outro aspecto importante trata da formação dos professores, já que de modo geral não estão habilitados para lidar com crianças com necessidades especiais, muitas escolas até pouco tempo não aceitavam a responsabilidade de atender a um aluno com essas peculiaridades, ou seja, de educar crianças com necessidades especiais.

¹ Plano Nacional de Educação/ Ministério da Educação e Cultura

No PNE prevê uma implantação do sistema de ensino da Educação Especial como modalidade de educação escolar em diferentes níveis. Quando se identifica o grau da complexidade dessa modalidade educacional exige-se soluções diversificadas. Essas soluções acabam muitas vezes sendo equivocadas devido a falta de preparo dos docentes que trabalham com a educação especial em redes regulares. Com isso, ocorre a inversão do princípio legal, e a inclusão nas escolas regulares de alunos com necessidades especiais, acabam provocando tensões que fazem emergir o sentimento e a percepção da exclusão provocada pela não aceitação das diferenças.

O PNE/MEC mostra o desejo de promover uma integração parcial efetiva por meio das classes especiais na qual os alunos com necessidades especiais recebam um atendimento educacional especializado. Mas, para isso acontecer, é preciso que tenha professores especializados e as escolas possuam material pedagógico adequado para desenvolver um melhor aprendizado aos alunos com necessidades especiais.

O que traz uma grande preocupação para o PNE/MEC é o encaminhamento de alunos que apresente um problema de dispersão de atenção ou de disciplina para uma classe especial onde na verdade necessitam apenas de um apoio pedagógico regular. As autoridades educativas podem acabar com essa prática, valorizando a permanência do aluno nas classes regulares. Outra preocupação é com os casos mais sérios onde são caracterizados por alto grau de comprometimento mental ou por deficiências múltiplas que exigem que o atendimento diferenciado em uma instituição especializada.

O MEC mostra clareza, quanto ao problema, quando reconhece que para atender as pessoas com necessidade especial não basta apenas contar com a área educativa, mas sim o envolvimento dos demais profissionais de outras áreas como saúde e psicologia, juntamente com o Poder Público. Para Minto (1996) a principal ideia apresentada pelo PNE/MEC em relação à Educação Especial comprovadas pela lei da LDB mostra a intenção que tem o governo de não somente firmar a política adotada para essa área, mas sim aprofundá-la a fim de amenizar ou naturalizar os problemas detectados.

O PNE – Proposta da Sociedade Brasileira mostra um diagnóstico da crise que a educação brasileira apresenta ao longo de décadas que se refere ao alto índice de exclusão social, repetências, evasão escolar, analfabetismo, e a remuneração do profissional que atua na área da educação. Quando se fala em educação especial o problema apresenta uma realidade mais trágica, ou seja, de 16 milhões de deficientes apenas 293.403 dessas pessoas contam com acesso a educação especial na qual significa um percentual de apenas 1,83% da demanda potencial.

Para o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira essa modalidade foi sempre considerada um apêndice de educação regular. Em seu questionamento nota-se uma falta de explicação sobre o Estado na qual a dúvida que se tem é se o Estado assumirá a Educação Especial em todos os níveis e modalidades de ensino, pois pela leitura da LDB o poder público se responsabilizará apenas pela Educação Especial de pessoas com faixa etária de 0 a 6 anos de idade (§ 3º, Art. 58).

No estudo apresentado por César Augusto Minto, referente as proposta de ofertas de Educação Especial, é importante mencionar que apenas 43,4% das funções que são destinadas à área docente são ocupadas por profissionais com a formação de 3º grau completo. A preocupação do PNE- Proposta da Sociedade Brasileira não é somente com a permanência física dos portadores de necessidades especiais juntamente com os demais alunos em sala de aula, mas sim na análise da concepção do desenvolvimento e do potencial de acordo com a diferença e a necessidade de cada aluno.

Sabe-se que a Educação Especial tem os mesmos objetivos da educação geral e está incluída em todos os níveis e modalidade da educação regular. Mas essa política de forma inclusiva requer uma formação de recursos humanos, recursos financeiros e serviços públicos especializados a fim de oferecer um atendimento que assegura o desenvolvimento dos alunos.

A previsão do financiamento de acordo com o PNE- Proposta da Sociedade Brasileira mostra que a Educação Especial está integrada ao sistema regular, desse modo é necessário calcular que parte dos recursos deve estar destinado à Educação Especial como recurso do sistema regular. Desse modo prevê um custo por aluno referente ao ano a fim de fornecer uma educação de qualidade para todos os níveis educacionais.

O PNE- Proposta da Sociedade Brasileira em sua verificação com relação à política governamental apresentou um atendimento deficitário para as pessoas com deficiências. O que propõe é uma priorização dos sistemas e das unidades de ensino como a elaboração do projeto político-pedagógico, recursos especiais necessários que garantam o direito das pessoas com necessidade educativa especiais, pois a Educação Especial é aqui entendida com os mesmos objetivos da educação geral sendo da mesma forma incluída em todos os níveis da modalidade de ensino da educação regular, para garantir uma igualdade de ensino, direitos sociais e desenvolvimento de potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais.

1.3 - Os PCN'S e a educação inclusiva

Conforme o texto apresentado pelos PCNs, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, os portadores de algum tipo de necessidade seja física, sensorial ou mental tem direito assegurado como mostra a Constituição Federal em seu artigo 208, que prevê o atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, de modo obrigatório e gratuito o atendimento. Além disso, o artigo 227, da mesma Lei, determina a criação e adaptação de ambientes que assegure a acessibilidade e integração da pessoa com necessidades especiais. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui instrumento legal de garantia desse direito social.

A negligência e toda e qualquer forma de violência, sobretudo considerando a fase da infância e da adolescência, é objeto de vigilância da Lei, de modo que não só a escola e poder público, mas toda a sociedade zele pela garantias desses direitos à criança e ao adolescente, mas, pro extensão, à pessoa com algum tipo de limitação física. Portanto, como educadores nos deveremos estar cientes para que faça valer esse direito tão importante garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os administradores locais os Diretores das escolas devem ser convocados a criar procedimentos mais atenciosos e flexíveis de gestão que possam possibilitar de maneira mais eficaz o combate a qualquer atitude discriminatória trazendo não só o professor como todo o corpo docente a partilhar dessa responsabilidade de incluir as crianças com necessidade especial no ensino regular. A capacitação de professores bem como de todas as pessoas que trabalha na escola deve ser vista como uma forma de reanimar e permitir um trabalho diferente como papel primordial nos programas relativos a educação especial.

No entanto, pensando a política educacional brasileiro podemos perceber que a história da educação evidencia teorias de divisão social e de grande discriminação com os portadores de necessidade especial. Poucos podiam participar dos espaços sociais para que pudessem adquirir algum conhecimento. Essas pessoas eram vistas como doentes muitas vezes caindo na marginalidade.

As pessoas com deficiência sempre tiveram em desvantagem. Ainda hoje, constata se a dificuldade de aceitação do deficiente no seio familiar. Muitas vezes por falta de apoio e informação os responsáveis pelo portador de necessidade se sentiam envergonhado ou até mesmo diminuído diante da sociedade com isso tentava esconder no máximo essas pessoas. Os poucos que eram aceitos pelos familiares e pela sociedade não tinham muita aceitação e apoio no sistema de ensino pelo fato de existir políticas sociais de inclusão do portador de necessidade. Assim muitas vezes esses alunos abandonavam o sistema educacional por

dificuldade em relacionamento. Esse fator acontece também com alunos que tem dificuldade em adaptação com o ambiente escolar àqueles que são considerados problema para a escola muitas vezes são deixados de lado.

A construção de uma sociedade inclusiva e um processo de fundamental importância na construção de um estado democrático de direito onde todas as pessoas portadoras de algum tipo deficiência possa ter o seu direito de acesso garantido.

Um longo caminho já foi percorrido pra que a exclusão se torne inclusão no âmbito escolar e social. Novas políticas sociais foram criadas para o atendimento aos portadores de necessidades educacionais crianças, jovens e adultos.

“A educação hoje tem, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos- inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais.” (PCN, 2001, p.21). Portanto, o resultado desse desafio tem que acontecer agora não dá para esperar para que novos profissionais se preparem para assumir esse desafio. É preciso que os profissionais que temos no mercado de trabalho desenvolvam suas capacidades para enfrentar esse desafio cujo resultado, deverá ser alcançado pelo esforço em conjunto e o reconhecimento de todos.

O trabalho de inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais na rede regular de ensino não pode ser apenas da permanência física dos mesmos, entre os outros alunos como forma de interação uns com os outros deve ser uma busca que represente ousadia, quebra de paradigmas na busca do desenvolvimento potencial respeitando as suas diferenças.

Já no âmbito das práticas pedagógicas efetivas, é preciso que a escola busque uma série de recursos que enfatize e proporcione condições de aprendizagem buscando apoio de caráter especial que possa proporcionar o acesso dos alunos com necessidade educacional especial.

É necessário que a escola se adapte através de propostas curriculares e estratégias que ofereçam condições de aprendizagem aos alunos portadores de necessidades educacionais. Ao invés de procurar problemas a escola deve ajustar para atender à diversidade de seus alunos.

Um projeto Político Pedagógico com maior ênfase e que ajuste padrões de ensino que aponte para uma escola desafiadora na construção de um ensino que possa atender as diversidades e especialidades de cada aluno.

Os professores de classe comum, segundo a LDB, Lei 9394/96, são aqueles capacitados mais que não fizeram nenhuma capacitação no ensino especial esses professores possuem sim o ensino superior estão por direito nas salas de aula, mas não são preparados

para trabalhar no ensino especial. Cabe a esses profissionais desenvolver suas competências através de formação continuada para trabalhar com a educação especial.

Os professores que já estão no exercício de sua profissão têm o direito assegurado pela LDB de continuar exercendo sua profissão desde que busque formação continuada para que possa desempenhar com qualidade o seu trabalho fazendo com que verdadeira inclusão que tanto se teoriza, aconteça na prática. Esse trabalho desempenhado com excelência garante de maneira mais eficaz a inclusão e o exercício da cidadania.

Subtende-se assim, que não é somente nos Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que se deve trabalhar com os alunos portadores de algum tipo de necessidade. Esse trabalho deve ser executado em todos os tipos de sala de aula bem como na acessibilidade aos locais públicos e de lazer. Sendo assim a educação especial deve acontecer em todos os locais e escolas sendo ela pública ou particular da rede de ensino, todas devem garantir condições de acesso e prover recursos como materiais didáticos necessários para cada tipo de especialidade.

Os currículos devem ter uma base nacional comum, conforme determinam os Artigos 26,27 e 32 da LDBEN, a ser suplementada por uma parte diversificada. Portanto os currículos devem ser elaborados mediante pesquisas que possa atender as necessidades de cada especialidade, visando favorecer o acesso as instituições educacionais bem como os métodos e estratégias e tipos de avaliação que proporcione um desenvolvimento e não apenas um assistencialismo onde o educando esteja preparado para a inclusão no mercado de trabalho garantido assim não só a inclusão bem como o exercício de sua cidadania no Estado Democrático de Direito.

1.4 - Fundamentos teóricos sobre educação inclusiva para deficientes auditivos

Desde o início da humanidade já existia surdos e com eles nasceu a língua de sinais que surgiu da necessidade da comunicação dessas pessoas. O surdo sempre foi desrespeitado por sua diferença, pois eram vista como anormais dentro de uma sociedade de ouvintes, considerados totalmente inválidos para a sociedade e castigadas pelos deuses. Para o filósofo Aristóteles (384-322 a. C.) o pensamento era desenvolvido através da linguagem, mas a linguagem com a fala. Desse modo o surdo não pensava por isso não poderia ser considerado gente, humano.

Não era de se estranhar ver um surdo abandonado, excluído, ou até mesmo morto, nesse caso restavam às famílias a única escolha, de esconderem seus entes queridos evitando assim que o pior acontecesse causando então um isolamento total da sociedade. Os surdos jamais eram perdoados. O pensamento que se tinha é que todos eram pessoas amaldiçoadas ou enfeitiçadas, a única opção que lhes restavam era o abandono ou serem jogados em rios, alguns eram mantidos como escravos tendo que trabalhar toda a vida dentro de moinho empurrando uma manivela.

Mas para alguns como os persas e os egípcios os surdos eram considerados privilegiados que foram enviados pelos deuses em que ambos se comunicavam em segredo. O que se percebia era um forte sentimento de proteção que eles tinham com os surdos, mas mesmo assim não lhes eram oferecida uma educação.

Passando para a Idade Média os surdos passaram a ser colocados em instituições para serem ajudados, mas fora do convívio da sociedade. Não recebiam um tratamento digno, eram proibidos de receber a comunhão, pois não confessavam seus pecados, proibidos de votar, de receber herança e de todos os direitos que um cidadão tem na sociedade. Somente no início do século XVI que os ouvintes começaram a ter um olhar diferenciado na educação dos surdos. O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) criou na Espanha no monastério de Valladolid a primeira escola para surdos que a princípio ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia.

No ano de 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro- Brasil a qual recebeu o nome de o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos, hoje sendo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, criada pela Lei nº 939 ou 839 no dia 26 de setembro. Com a mistura da língua de sinais francesa, com os sistemas que já eram utilizados pelos surdos de várias regiões do Brasil nessa escola surgiu a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

A educação para surdos foi criada com o intuito de está garantindo um atendimento de maior qualidade para que as pessoas com surdez pudessem está frequentando uma escola regular a fim de acompanhar o ritmo proposto pela Política Educacional sem esquecer-se de levar em conta os métodos que eram utilizados pelo ensino.

Nesse caso as escolas deveriam está se adequando para enfrentar essas mudanças a fim de que a inclusão viesse acontecer conforme estava previsto. Mas essa tentativa a princípio não apresentou um grande sucesso. Mantoan afirma que “se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais” (2006, p. 18). O atendimento a educação especial não foi totalmente esclarecido quanto ao seu principal objetivo educacional. Como foi criada sem ter

ações descritas isso fez com que ela se tornasse bastante confusa de acordo com o que a escola deveria realmente alcançar em se tratando dos alunos com deficiência auditiva. Mantoan (2006, p. 19) considera que “a igualdade abstrata não propiciou a garantia de relação justa nas escolas. A política igualitária não conseguiu resolver o problema das diferenças, porque elas escapam diante da desigualdade naturais e sociais”.

A inclusão de pessoas com surdez em sala de aula nas escolas comuns requer que todos os educadores busquem métodos e meios que facilitem a participação em sala de aula, mas para Mantoan (2006, p. 36) “tanto as escolas especiais quanto as comuns precisam melhorar o atendimento que dispensa aos alunos”. Nesse contexto as escolas sem dúvida precisam sair do comodismo para que essa ação possa ser executada a fim de garantir o ensino de qualidade para os surdos, criando meios para que venham ajudar no estímulo para que suas capacidades possam ser exploradas.

Somente a língua de sinais não será o bastante para que esse aprendizado venha a acontecer, mas sim o ambiente da escola que quando oferece boas condições de aprendizagem facilitará no desenvolvimento do pensamento do aluno. O aluno apresenta grande necessidade de aprimorar suas capacidades na representação linguística nesse caso a escola comum deve viabilizar o atendimento criando condições que possam auxiliar o aluno sendo em período de turnos diferentes, mas que ira acelerar o conhecimento Mantoan relata que:

As instituições escolares no modelo tradicional não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover o aprendizado necessário a vida em sociedade principalmente às do século XXI. (2006, p.33)

O maior desafio da educação inclusiva é que o aluno surdo possa ter direito de acesso ao Conhecimento, Acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado. Desde então, muitas idéias foram surgindo na educação de pessoas com surdez. Os fatores determinantes para o atendimento do educando é o grau de perda auditiva, o comprometimento linguístico e a idade que iniciou a surdez essas são alternativas que devem ser observadas em cada aluno pelo profissional para então se iniciar o processo de desenvolvimento na inclusão.

Cada conhecimento sobre as características da surdez será fundamental para se desenvolver um trabalho pedagógico a fim de desenvolver uma compreensão que aumentará a possibilidade de está atendendo a necessidade especial. Para Mantoan, “os conhecimentos teóricos e práticos são essenciais para a formação de políticas, para a formação pelos sistemas

de ensino. Por isso que é importante ter informação sobre os professores para identificar seu perfil acadêmico e sua experiência com alunos especiais”. (MATOAN 2006, p. 59).

Quanto à anatomia e o funcionamento do sistema auditivo para o SEESP/MEC (2006) o ouvido humano é composto por três partes sendo uma externa que compreende a orelha e duas internas que estão localizadas dentro da caixa craniana. Os períodos da aquisição a surdez podem ser divididos em dois grupos:

Congênita: apresenta quando o indivíduo já nasce surdo “Nesse caso a surdez é pré-lingual”, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem. **Adquirida:** apresenta quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Nesse caso a surdez poderá ser “pré ou pós-lingual”, isso depende da sua ocorrência em ter se dado antes e depois da aquisição da linguagem. As causas da surdez podem ser divididas em: **Pré - natais:** quando a surdez é provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalavírus) e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição). **Peri – natais:** quando a surdez é provocada em parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento) trauma e parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado). **Pós – natais:** quando a surdez é provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamento ototóxico, outros fatores que também tem relação com a surdez é o avanço da idade e acidentes. (SEESP/MEC, 2006)

Para medir a sensibilidade auditiva de um indivíduo é usado o Audiômetro que consiste em um instrumento que mede o nível de intensidade em decibel (dB). Através desse instrumento fazem-se alguns testes para ter uma classificação da surdez quanto ao grau de comprometimento que será classificada em níveis sendo de acordo com a sensibilidade do indivíduo.

A perda auditiva é dividida em 5 categorias conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

Surdez leve: perda auditiva entre 25db e 40db, **Surdez moderada:** perda auditiva entre 41db e 55db, **Surdez acentuada:** perda auditiva entre 56db e 70db, **Surdez severa:** perda auditiva entre 71db e 90db, **Surdez profunda:** perda auditiva acima de 91 db. **Surdez Leve:** nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho). **Surdez Moderada:** esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou um canto de um passarinho. **Surdez acentuada:** esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal. **Surdez severa:** a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o

telefone tocando ou ruído das máquinas de escrever num escritório. **Surdez profunda:** nesse o ruído de caminhão, de discoteca, de uma maquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando. (BRASIL, 1999).

A surdez pode ser ainda, classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando acomete ambos ouvidos.

Devemos ressaltar que a educação de surdos teve o seguinte resultado: poucos surdos conseguiram desenvolver uma comunicação sistematizada seja oral, escrita ou sinalizada isso provocou uma geração de pessoas com grande fracasso no domínio da linguagem. Nesse contexto a escola deve está sempre preparada para receber todos os tipos de alunos surdos, contando com o apoio pedagógico e interprete. E acrescenta Mantoan “muitos profissionais que fizeram estudos de magistério não tiveram acesso aos conhecimentos em estudos complementares realizado no curso de pedagogia. Há muitos profissionais com pouca familiaridade teórica e prática no assunto”. (MANTOAN 2006, p.58).

Quanto maior for a perda auditiva maiores serão os problemas linguísticos e maior será o tempo em que o aluno precisará receber atendimento especializado. Sabemos que a atitude do professor é um dos fatores que mais ajudam no sucesso de qualquer medida de inclusão do aluno especial na escola regular. Isso percebe-se nas práticas do dia-a-dia das escolas e nas literaturas destinadas a esse público. Afinal, a inclusão é um processo que deve fornecer de acordo com a necessidade de cada aluno o máximo de qualidade e eficácia de desenvolvimento para os alunos especiais.

CAPÍTULO II

A ESCOLA VILANIR CAMAPUM E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é uma prática que visa fins sociais determinados, ou seja, proporcionar às pessoas condições para que possam exercer o mais pleno possível, o exercício da cidadania. Então, pensar a inclusão é pensar a possibilidade de realização dessa dimensão cidadã na vida daquelas pessoas com certas limitações físicas. Acreditamos, portanto, que entender um pouco da história e do contexto da comunidade atendida pela Escola Vilanir de Alencar Camapum é importante para a compreensão da educação que se faz em seu interior, de modo especial a Educação Inclusiva. Nesse sentido, percebemos, logo de início, que a referida escola atende pessoas do seu próprio bairro, ou seja, a comunidade local e entre estas pessoas da comunidade atendidas, existem dois alunos com deficiência física. Um com limitação auditiva e outro com baixa visão.

Para entender o trabalho pedagógico, por isso o processo de ensino-aprendizagem que se faz nesse espaço, consideramos fundamental tentar entender o contexto geral das práticas de ensino, de vivência comum da comunidade e das próprias concepções de educação dos sujeitos envolvidos.

2.1 – A Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum: características gerais.

Durante a pesquisa in loco, feitas entrevistas e consultados documentos percebemos algumas características relevantes referentes ao perfil da Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum. O corpo docente é formado por nove professores regentes e quatro apoios sendo que os professores que tem formação superior são oriundos da Universidade Estadual de Goiás- Unidade Universitária de Uruaçu os quais participam segundo eles apenas de cursos de formação continuada oferecidos pela Sub-Secretaria Estadual da Educação e Núcleo Tecnológico Educacional (NTE) que apresentam cursos de formação com carga horária mínima o que deixa a desejar na formação continuada desses profissionais. Dos nove professores regentes sete são efetivos e dois prestam serviços por meio de contrato

temporário, uma dessas professoras não possui ensino superior apenas é técnica em magistério em nível médio, quanto aos apoios somente duas são efetivas e as outras são contratadas pela prefeitura.

O corpo técnico administrativos é formado por sete funcionários sendo: merendeira, porteiro, faxineira, vigia e auxiliar de secretaria. Todos são efetivos. A comissão de pais é representada por duas mães de alunos que participam sempre que são convocadas e isso acontece em situações esporádicas segundo nos relatou a uma das mães que faz parte da comissão de pais da escola. O corpo discente é representado por cinco alunos que também participam das decisões que são tomadas pela escola.

2.2 – Os princípios de gestão escolar e a gestão na Escola Vilanir de Alencar Camapum.

O modelo de gestão escolar democrática vem orientando às políticas educacionais no que se refere à qualidade de educação. Pressupostos que espera o envolvimento do grupo no sentido de unir forças para a concretização dos objetivos almejados. Sendo assim, a gestão democrática já pressupõe a idéia de inteiração, isto é, de um trabalho em conjunto de pessoas que analisam situações e decidem sobre o seu encaminhamento.

A participação é um dos meios para melhor alcançar os objetivos da escola que é a de formar e desenvolver cidadãos que possam exercer de maneira independente sua cidadania, esse estão na qualidade dos processos do ensino e aprendizagem que é a responsabilidade social da escola. O entendimento do que é participar significa estar consciente em um determinado contexto, quando isso acontece faz impulsionar as ações do espaço escolar. Nesse sentido, a unidade escolar não é transformada apenas por sua determinação a partir de leis, decretos ou programas ela acontece espontaneamente pela inteiração do corpo docente. É necessário e de suma importância que o grupo gestor promova um clima propicio à participação das pessoas, dos professores, dos pais e dos alunos em fim de toda comunidade, que possa ajudar na melhoria e implementação do processo educacional. “O caráter externo pelo qual a comunidade escolar compartilha processos de decisão é um dos meios de fazer a escola sair de sua “redoma” e conquistar o status de “comunidade educativa que interagem com a sociedade civil”. (LIBÂNEO, 2005, p. 328-331)

Contudo, a escola deve está aberta a acatar sugestões que venham da comunidade que possam contribuir para o desenvolvimento das políticas educacionais de inteiração o desenvolvimento. Portanto, atitudes diárias de inteiração são fatores determinantes para o

sucesso ou fracasso da gestão escolar entre eles a participação indispensável dos professores, pais e alunos e a tomada de decisões com autonomia por parte dos diretores faz com que a gestão participativa e democrática aconteça.

Mediante as pesquisas realizadas na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, percebemos que a gestão democrática faz necessário. Ainda caminha a passos lentos naquela unidade, pois, a gestão apresenta pouca autonomia e capacidade para tomada de decisões por parte da diretora muitas decisões são tomadas individualmente daí percebemos que naquela unidade não existe de fato uma gestão democrática.

Percebe-se que as decisões são tomadas pela coordenadora, havendo uma reclamação da falta de apoio por parte dos professores quanto ao uso do material didático disponível e ao espaço físico, pois há apenas uma sala multifuncional onde são desenvolvidos os projetos dos professores de apoio e vimos que esse espaço muitas vezes não é decidido por parte da direção sobre quem irá usar. Entrevista realizada com uma pessoa da comunidade que também faz parte da comissão de pais nos relatou que a participação é mínima nas decisões e que são convocadas apenas em períodos de festas juninas com o objetivo de garantir ajudas para arrecadar recursos para a escola.

Frente a esses desafios faz se necessário que se estipulem propósitos coletivamente, que definam a intencionalidade de transformações do espaço escolar e das praticas pedagógicas por meio da participação de todos para legitimar a gestão democrática e participativa.

2.3 – A escola e o contexto social da escola

O sentido de comunidade se faz a partir daquilo que é comum ao grupo, pessoas que convivem próximas umas das outras em um contexto social onde diretamente ou indiretamente estão ligadas umas as outras sabendo que ninguém consegue viver sozinho. Na comunidade as pessoas dependem umas das outras e isso estabelece um vínculo de harmonia ou não, entre elas. Comunidade muitas vezes gera costumes que são impostos pela a mesma sendo que esses podem ser positivos ou negativos. A comunidade quando bem estruturada tem fator relevante no desenvolvimento das pessoas que as constituem de forma positiva, mas se for desorganizada desenvolve pessoas com atitudes negativas o que vem muitas vezes denegrir a imagem da comunidade ou do bairro que ela constitui.

Uma comunidade bem desenvolvida precisa de uma estrutura mínima para sobreviver como saúde, educação e lazer. Para ter acesso às essas condições é necessário que se tenha uma estrutura socioeconômica básica, pois sabemos que a maioria dos bairros não possui opções de lazer públicas tendo que muitas vezes pagar por esses serviços.

O nível socioeconômico da comunidade do bairro Park Paraíso onde está situado a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum tem melhorado, mas ainda é considerada pobre, a grande maioria das pessoas não estão frequentando escola ou universidade por terem que trabalhar fora para complementar a renda familiar ou mesmo sustentar a família. A escola tem trabalhado juntamente com a comunidade a fim de estabelecer regras de condutas e convivências melhorando a relação de respeito às diversidades de cada pessoa porque quando não respeitadas essas relações muitas vezes geram conflitos e violências o que vem a desfazer esse grupo social que é a comunidade.

O bairro Park Paraíso na qual está situado a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum foi criado no ano de 1994 sendo um conjunto habitacional popular doado pelo Estado de Goiás em parceria com o Município de Uruaçu sendo que o município doou o terreno e o estado construiu as moradias que eram casas pré-moldadas feitas com placas de concreto. De acordo com relatos de alguns moradores que moram nesse bairro desde sua fundação, o bairro recebeu muitas pessoas vindas da zona rural que tinham como objetivo buscar trabalho, melhoria de vida e também colocar seus filhos na escola sendo que a reestruturação da educação com a nova Lei e Diretrizes e Bases da Educação LEI 9394/96 muitas escolas rurais acabaram fechando suas portas porque precisavam de um número mínimo de alunos para funcionar e o transporte escolar que hoje já está bem estruturado praticamente não existia no município naquela época.

Nesse bairro nem todas as ruas são asfaltadas e as que são, foram asfaltadas a pouco tempo, não possui esgoto ligado a rede classificando-o como um bairro pobre ou de baixa renda.

2.4 – Educação, infraestrutura: desafios e perspectivas para a educação inclusiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum.

A oportunidade que o ser humano tem de crescer leva a sua valorização onde ele pode se manifestar, expandir e desenvolver suas atividades. No entanto essa busca se torna limitada pelos obstáculos arquitetônicos junto às instituições públicas de ensino, na qual o deficiente,

na maioria das vezes, não tem condições de acesso ou permanência na mesma. Deficiência física é caracterizada por todo comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação. Nesta mesma lei consta que para possibilitar o acesso de pessoa com deficiência física, todas as escolas devem eliminar suas barreiras arquitetônicas tendo ou não alunos com deficiência matriculados no momento.

A Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, não possui espaço adaptado por não haver uma necessidade, pois desde sua criação não recebeu nenhum profissional nem aluno cadeirante, contradizendo a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a escola em seu espaço físico deveria estar adaptada mesmo não tendo recebido nenhum aluno que apresentasse algum tipo de deficiência física. Mas a gestora informou que já está sendo projetada a construção de uma rampa de acesso do portão até o pavilhão de entrada das salas e até a quadra de esporte que é construída em uma área de terreno mais baixo que a escola, tendo fazer o uso de escadas para chegar, até a mesma não possui uma rampa de acesso. Isso torna a única opção de lazer e atividade física que a escola oferece, inviável para o uso de cadeirante.

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente a escola não pode recusar matrícula de criança com deficiência física ou mental, deve matricular e procurar se adaptar e capacitar seus professores o quanto antes.

Segundo Ribeiro (2003), quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional.

A escola é o principal alicerce da vida social, pois ela transmite conhecimento, amplia cultura e estende a cidadania e constrói saberes para o trabalho. Além disso, ela é capaz de aperfeiçoar as margens da independência, à maneira em que a relação adote essa prática como compromisso ético-político e autônomo.

Nesse contexto a Educação Especial surgiu para buscar interagir essas pessoas colocando-as no meio social transformando a vida de cada um e construindo um mundo melhor onde todos possam ter acesso à educação escolar na íntegra que tem como objetivo

trabalhar o crescimento de todos no processo educativo para ampliar seus conhecimentos levando para a prática o que teoricamente já está conquistado pela lei.

A Educação Especial requer uma mudança de valores e mentalidades nos modos de vida, que são atitudes bem mais profundas do que as simples recomendações técnicas e teóricas. Ela exige reflexões muito complexas de toda comunidade escolar principalmente do professor que trabalha diretamente com alunos que tem uma necessidade especial. O professor deve ter consigo um espírito de mudanças, acreditar e desenvolver o próprio potencial para que assim possa na integra colaborar realmente no aprendizado do aluno, isso requer a superação de uma ideia tradicional de que a educação inclusiva é apenas assistencialista. O professor deve ser generoso, pois trabalha com um público diferente, mas deve está sempre disposto a contribuir para que a valorização e a inclusão aconteçam de fato.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008 p.16), passa a conceituar a educação especial da seguinte forma:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Pois esse conceito caracteriza importantes transformações nessa modalidade de conhecimento o que significa que a sua função é complementar ou suplementar o nível escolar dos alunos com necessidades especiais atribuindo a educação especial a função de organizar estratégias e criar mecanismos que possam gerar a acessibilidade e o desenvolvimento. Compete à Educação Especial disponibilizar a acessibilidade usando de serviços que possam integrar essas pessoas no ensino comum.

Mediante esses requisitos exigidos pela educação especial vimos que a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum precisa ampliar seu atendimento no que diz respeito à educação especializada, pois ela não apresenta um espaço físico adaptado em sua estrutura como rampas e banheiros com barras para cadeirantes e passarelas para pessoas com deficiência visual, que são requisitos básicos para o Atendimento Educacional Especializado, conta apenas com uma interprete de LIBRAS, que possui somente curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás Unidade de Uruaçu e curso básico de LIBRAS oferecido pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado Herbert de Souza, pois, a escola atende um aluno surdo que necessita de acompanhamento.

CAPÍTULO III

OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS

Sabe-se, que a escola é o lugar onde professores e alunos interagem e constroem seus conhecimentos, nesse contexto ela deve ser um espaço de formação na qual a aprendizagem de conteúdos devem favorecer ao aluno conhecimentos pertinentes as questões sociais e culturais proporcionando lhes o desenvolvimento de capacidades e habilidades para facilitar a compreensão dos acontecimentos sociais, econômicos e culturais ainda comprometendo-se de maneira efetiva na promoção do desenvolvimento e socialização dos mesmos. Ser docente relaciona-se com a arte de ensinar, é o trabalho de instruir e inserir o aluno no processo social no qual envolve professor e aluno.

Perrenoud (2002) afirma que o professor em seu trabalho deve criar situações que estimulem a capacidade de raciocínio de seus alunos, utilizando métodos alternativos para facilitar e desenvolver o conhecimento, as habilidades destes. Mediante esse conceito o docente além de proporcionar a aquisição do conhecimento ele deve buscar formação continuada a fim de desenvolver habilidades que levem ao conhecimento em sua prática pedagógica ele deve dominar o conteúdo a ser ensinado embora isso não seja a garantia que ele seja um bom profissional é preciso que tenha domínio e conhecimento de outras disciplinas. Não é preciso apenas possuir conhecimento é preciso que se analise a aplicação deste conhecimento com o objetivo de fazer com que o aluno adquira e desenvolva a aprendizagem.

Para Pimenta (1999, p. 22), “Conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade”. Além de ter o saber o docente precisa ter a competência de saber transmitir, pois isso é indispensável para que os alunos adquiram uma aprendizagem significativa.

Desde então, os docentes do ensino regular, principalmente os atuantes no ensino das séries iniciais tem se deparado com o desafio de receber esses alunos nas suas salas comuns, na grande maioria dos casos, sem nenhum apoio especializado ou preparação anterior. A presença cada vez maior de alunos com alguma necessidade educacional especializada tem

gerado grande reação da comunidade escolar, desde o apoio ou até mesmo a resistência em receber e incluir esse público na escola de classe comum. De fato, a educação inclusiva é um grande desafio e um dos temas mais dominantes nos últimos tempos. A formação do professor é fundamental para que a prática profissional possa ser adaptada e incorporada com o objetivo de transformar essa diversidade em qualidade distinta que possa estruturar e organizar esta modalidade que é a educação inclusiva.

Nos dias atuais sabe-se que as estatísticas mostram que para cada aluno com necessidade educacional especializada que frequenta a escola regular de ensino, outras três não frequentam nenhum tipo de escolarização regular oficial. Como pode observar, esta muito distante do objetivo que é promover a educação para todos. Portanto, um processo de inclusão demanda que devem ser feitas tanto no sistema quanto na escola, essas mudanças implicam uma nova visão e outro pensamento de forma em que todos possam desenvolver independente de suas diferenças. Entende-se que a inclusão é muito mais ampla do que inserir no ensino regular o aluno considerado diferente, cada pessoa é única e diferente justamente por isso é que a escola precisa inovar suas práticas para efetivar a inclusão desfazendo de idéias antigas que simplesmente levavam essas pessoas a segregação e ao abandono.

No entanto, a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum está procurando atender aos alunos especiais tentando garantir ao máximo o cumprimento do que rege a legislação. Para tanto, é necessário que se invista mais na qualificação dos profissionais em sua formação continuada para que esse desafio possa ser vencido e a educação inclusiva aconteça de fato.

3.1 – A formação docente, educação inclusiva, o aluno deficiente auditivo e a Escola Municipal: interfaces

A educação de pessoas com deficiência auditiva ao longo da história nos mostra que na idade antiga por estarem impossibilitadas de falarem e ouvirem essas pessoas eram excluídas do convívio social já na sua infância. O imperador e fundador de Roma, o imperador Rômulo, criou uma lei na qual as crianças que nascesse com qualquer deficiência deveriam ser mortas até os três anos de idade. Sendo assim as crianças surdas não ficavam livres dessas sentenças (STROBEL, 2006). Com o início da idade moderna foram surgindo às primeiras tentativas educacionais para as pessoas que apresentasse algum tipo de deficiência. Essa educação foi trazida para o Brasil no ano de 1855 pelo imperador D. Pedro II, que tinha como educador o professor francês Hernest Huet na qual era surdo e começou a ensinar

crianças surdas. Logo após foi fundada a primeira escola para meninos surdos, Instituto Nacional de Surdos Mudos, que hoje, Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), a qual está situado no Rio de Janeiro que é mantido pelo governo federal e atende a crianças, jovens e adultos surdos. Sendo assim os deficientes auditivos passaram a frequentar uma escola especializada de acordo com a necessidade educacional, possuindo assim a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que tem como base a língua de sinais francesa. (Brasil, 1997).

O desafio da aprendizagem é uma questão escolar difícil de ser assimilada pelo surdo. Segundo Perlin (1998, p. 56) “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, por exemplo, a epistemologia de uma palavra, sua leitura e sua escrita”. Na verdade pessoas com surdez enfrentam dificuldades reais para adquirir a oralidade e a escrita, mas dizer que são incapazes de aprender reduz ainda mais sua capacidade, pois a deficiência não pode ser considerada como uma situação que dificulta o aprendizado. Diante disso é preciso repensar com urgência práticas educacionais que favoreçam a inclusão e o conhecimento de pessoas com surdez.

Essas práticas devem incluir momentos pedagógicos com o aluno surdo acontecendo em horário diferente sendo uma prática de contra-turno para que o mesmo possa adaptar cada vez mais ao espaço que está sendo atendido, deve se buscar organizar o máximo esse espaço utilizando-se de imagens visuais, pois isso facilitará a comunicação por meio de gravuras, os materiais e os recursos precisam ser adaptados a fim de colaborar com o atendimento e aprendizado. O ideal seria que os docentes fizessem esse atendimento somente após ter um domínio total da língua de sinais, pois isso facilitaria muito o desenvolvimento do aluno, muitas vezes o professor ainda está em fase de aprendizagem da língua de sinais e isso diminui a sua capacidade e domínio em está repassando esse atendimento.

Nessa perspectiva a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum busca desenvolver seus profissionais por meio de liberação para cursos que são oferecidos pela unidade educacional Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Hebert de Souza (Betinho), mas pelo relatos da direção só isso não é o bastante para ter uma educação inclusiva de qualidade seria necessário que esses educadores recebessem uma formação mais ampla desde a universidade.

Embora as diversas abordagens de estudos realizados sobre as perspectivas de pesquisas realizadas sobre a inclusão, muitos limites são encontrados diminuindo assim a possibilidade de efetivação da educação em um âmbito social para todos. Estudos desenvolvidos na área por teóricos especializados apontam que devem se criar políticas

educacionais que possam promover a integração do sujeito ao meio não apenas adaptando o meio a esse sujeito.

Nesse contexto encontramos fundamentação para as necessidades da inclusão em Vygotsky (1989), segundo o qual, “a tarefa da escola (...) consiste em não adaptar-se a deficiência, mas sim vencê-la”. O espaço escolar educacional deve ser de qualidade onde o aluno especial possa está mais próximo possível da realidade dos alunos de classe comum. As suas dimensões físicas devem possibilitar e permitir a acessibilidade proporcionando assim maior autonomia possível do aluno com algum tipo de deficiência é necessário que se crie políticas públicas que garanta o exercício da cidadania e o direito a educação como um bem garantido a todos. Nas últimas décadas tem se criado uma grande perspectiva em relação a educação inclusiva com a sanção da Lei 9.394/96 muitos objetivos estão sendo aos poucos alcançados porem as limitações são muitas a serem vencidas o grande desafio é fazer com que a lei seja colocada em prática na sua totalidade.

Isso demanda a formação acadêmica de professores posteriormente uma formação continuada para que o processo de ensino deixe de ser concebido apenas como um processo em que se tenta unir classe dos deficientes e dos normais, mas para que a escola torne-se inclusiva faz se necessário que se saiba o verdadeiro sentido ou significância da inclusão. Algumas transformações na escola devem romper barreiras ambientais que viabilize a efetividade da inclusão é necessário mais do que uma simples vontade do educador, é preciso um trabalho conjunto de políticas, escola, gestão, família e comunidade.

No entanto, a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum caminha na direção da construção de uma inclusão embora muitos limites precisam ser superados sendo a acessibilidade um dos principais desafios, o espaço físico ainda não oferece essas condições mas a força de vontade da direção e o planejamento espera-se que investimentos por parte de uma política pública venha mudar a realidade da escola.

3.2 – Os sujeitos do processo.

Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa realizamos algumas entrevistas com a gestora, docentes e com os pais do aluno com limitação auditiva atendida na escola Vilanir Camapum. O conhecimento dos sujeitos que realizam o processo de ensino aprendizagem nos pareceu importante, não apenas para saber quem são, mas para entender como entendem a educação e qual a importância da inclusão no entendimento dos que estão diretamente

ligados, e portanto, são atingidos ou porque fazem ou porque são pensados como objetos da ação.

Embora as diversas abordagens de estudos realizados sobre a inclusão demonstrem sua importância enquanto fundamento para o cumprimento da função social da escola, ou seja, formar cidadãos com direitos e deveres e com possibilidades de efetivarem o sentido desses direitos e deveres no cotidiano, ainda são muitos os desafios, no âmbito da escola, e da sociedade como um todo, no sentido de tornar essa perspectiva realidade efetiva.

Entendemos que esses desafios decorrem, sobretudo, da ausência de autonomia das escolas no que diz respeito à pessoal e a disponibilidade de recursos. A escola recebe professores que nem sempre estão prontos para desenvolverem a docência com alunos com deficiência auditiva ou qualquer outro tipo de deficiência. Outro problema é a própria infraestrutura das escolas. Nesse sentido, também a escola campo da nossa pesquisa enfrenta seus desafios cotidianos. Em que pese os desafios, no entanto, a escola demonstra a consciência da importância de se promover a educação enquanto direito social e, por consequência, da relevância do desenvolvimento de práticas pedagógicas que possam promover a integração do sujeito ao meio, o que vai além da adaptação desse meio.

Entendemos, no entanto, que não basta edições de leis. A própria Lei demanda a formação inicial e continuada de professores para o cumprimento destas determinações legais. É preciso, portanto, que os cursos de licenciatura estejam atentos e ofereçam disciplinas com que possibilite a formação do profissional docente apto a trabalhar dentro das necessidades discentes que ele irá encontrar no cotidiano de sua prática futura. É preciso também mudança de mentalidade. O ensino não pode ser concebido mais como um processo em que se tenta unir classes, como se colocar o aluno especial em uma sala comum fosse resolver o problema. Não é isso que torna a escola inclusiva.

É necessário mas do que vontade do educador, é preciso competência e habilidades pedagógicas. Mais é necessário mais, é preciso uma concepção de educação como processo transformador, é preciso senso de justiça, para incluir os excluídos, de respeito e de solidariedade para que, por ações pautadas nestes valores, por si também sejam lições imprescindíveis aos alunos que convivem com o aluno especial. Mas isso não basta, é preciso um trabalho conjunto que some ações do poder público, gestão da escola e ações docentes, família e comunidade externa. É preciso que todos entendam e assumam o seu papel no que diz respeito à educação, de modo especial, a educação inclusiva.

Ante o exposto, é possível dizer que a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum tem caminhado na direção da construção da inclusão, embora, como muitas outras escolas

brasileiras, muitos limites precisam ser superados. Na escola em questão, a acessibilidade é um dos principais desafios, posto que o espaço físico ainda não oferece as condições necessárias para o acesso, sem transtorno, dos alunos com deficiência à escola.

No que diz respeito à realidade dos alunos atendidos na escola, a maior parte do corpo discente é formado por alunos de uma comunidade pobre de baixa estrutura familiar, muitos são filhos de pais separados, mães solteiras que muitas vezes nem convive com os mesmos e são criados com avós e tios, outros são filhos de pais que estão envolvidos na criminalidade, uso e tráfico de drogas, filhos de mães que se prostituem dentro de casa ou fazem de suas casas pontos de encontro para outras prostitutas ou ponto de uso de droga. A maioria dos alunos não são bem cuidados, roupas sujas, unhas sujas, cabelos grandes, nem se quer toma um banho antes de ir pra escola, o que se percebe que muitos alunos estão em sala de aula somente pelo fato de ter merenda escolar. (Entrevista realizada com morador do Bairro)

A triste realidade que percebemos é que quase todos recebem algum benefício social do governo que não são aplicados para o benefício do aluno, nota – se que a maioria não possui nem o material básico para estudar como: lápis, caderno e borracha. Sabe-se que esses recursos não estão sendo empregados de forma correta. O aluno com deficiência auditiva é um dos poucos que não residem no próprio bairro. Em que pesem as dificuldades impostas pela sua condição física, o acompanhamento dos pais contribuem para amenizar os desafios impostos à escola em decorrência de sua própria infraestrutura, inadequada para esse tipo de atendimento.

Os docentes, em sua maioria, tiveram a formação inicial na Universidade Estadual de Goiás, momento em que tiveram contato com a formação na área de Educação Inclusiva. A professora demonstra identificação com a prática inclusiva, gosto pela docência no atendimento a alunos especiais, no entanto, reconhece os desafios para a realização integral daquilo que prevê o próprio Estado a partir dos dispositivos legais.

Em relação à educação inclusiva, a professora assim se manifesta:

Para mim eu tenho dois sentimentos. É um mundo que eu estou e não entendo veja bem, pra você falar com o surdo é como você entrar em um lugar vazio onde você não entende o que está falando e aí é preciso que você entre para o mundo deles para que você possa entender exemplo: falando com você, você entende o meu português e eu entendo o que você está me respondendo, mas falar com surdo é diferente você não pode expressar através da linguagem e sim pela língua de sinais você tem que se adaptar como se estivesse cantando uma música para ele e isso me fez sentir

realizada, pois eu sempre quis entender eles e agora eu estou me capacitando para trabalhar e ajudar a ensiná-los. (Entrevista realizada pelo autor)

A diretora também se manifestou quanto às práticas inclusivas. Percebe-se, pela fala destes agentes, assim como pela avaliação de um dos pais, que existe muito boa vontade, a escola, na pessoa dos seus profissionais, tenta tudo o que pode para atender com qualidade os alunos que se inserem no âmbito da escola. Mas, as limitações que dependem de recursos financeiros são sempre pensadas como algo para além das possibilidades da comunidade. A diretora reconhece, inclusive, que:

Muito bom, porque quando o aluno chega à escola, a escola que se adapta ao aluno e não o aluno que se adapta a escola se é visual, auditivo ou cadeirante a escola tem que se adaptar pra atender esses alunos. A escola tem que fazer tudo para acolher essa criança para ele se sentir a vontade como se ela estivesse em casa e isso torna muito gratificante para a escola. . (Entrevista realizada pelo autor)

Os pais demonstram certo receio, o que é natural se pensarmos o sentimento de paternidade e maternidade, em relação ao futuro do filho, medo de discriminação entre outras incertezas. Para um dos pais:

O que é mais difícil é que não temos uma escola especializada que atenda somente esse público, ele estuda em uma escola normal junto com outros alunos normais, certo que agora na idade dele ele ainda não vai sentir nenhuma discriminação, mas futuramente ele pode enfrentar algum tipo de preconceito. (Entrevista realizada pelo autor)

Ouvindo estes sujeitos percebemos que, no caso da professora, que é grande o desejo por parte dela de estar repassando uma educação de qualidade na área da inclusão. Mas vimos muita necessidade de apoio por parte do município em estar programando o calendário para que a mesma esteja frequentando melhor os cursos de formação oferecidos. No caso da diretora, notamos certa insegurança por parte da mesma, mesmo porque ela nos pediu que fosse mostrado as perguntas para ela antes de entrevistá-la, o pedido foi atendido e ela reuniu com a coordenadora em uma sala para depois nos atender. De certa forma o que vimos foi uma escola que está aberta a mudanças e que as pessoas que ali trabalham precisam buscar qualificação.

A educação vive um modelo de gestão onde é fundamental a participação dos pais, para que os mesmos possam se inteirar da vida escolar de seus filhos. Buscando ajudá-los com acompanhamento, só assim a verdadeira gestão democrática acontece.

Conforme afirma Dourado (2003, p. 62), “na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs”. Vale dizer que a gestão escolar está associada à democratização de todo o grupo pedagógico que possibilita uma participação coletiva produzindo assim um resultado mais significativo.

Quanto aos pais, concluímos que ele tem sido muito presente na vida escolar de seu filho e isso faz que mesmo com suas limitações ele alcance melhor desempenho e supere as dificuldades. Mesmo não estando presente sempre na escola ele faz o acompanhamento a distancia e aperfeiçoa seus conhecimentos através de cursos a fim de contribuir para a inclusão e educação do seu filho. Não há duvida que a família constitui a esfera onde acontece os primeiros contatos sociais de uma criança surda, sendo assim o núcleo familiar é onde ocorre os vínculos das comunicações primarias que são constituídos de sentidos que são absorvidos por meio de trocas de diálogos que ira possibilitar o desenvolvimento do pensamento.

Trata-se, enfim, de sujeitos que em suas especificidades se reconhecem e lutam juntos por uma educação de qualidade, que possa, efetivamente, realizar o sentido social da escola, a formação de cidadãos capazes, independentes de suas limitações físicas, de viver em sociedade, gozando de direitos e realizando seus deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve preparar o aluno para o futuro, e precisam estar cada vez mais preparados para ajudar o aluno a conquistar esse futuro. A inclusão nas escolas por mais que apresente uma mudança significativa com a tendência de atender nas escolas públicas a cada ano que passa um número bem maior de alunos que apresente alguma deficiência, ainda existem escolas que não oferecem as condições adequadas para que essas crianças possam está inserida ao meio educacional.

A inclusão escolar é hoje uma realidade que faz parte do sistema escolar, tornando um desafio para todos os envolvidos nesse processo de ensino. Nesse estudo desenvolvido foi possível visualizar de uma forma crítica a questão da inclusão de alunos com deficiência auditiva na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum. Essa é uma realidade que sem dúvida deve ser problematizada, pois o sucesso ou o fracasso dentro das instituições de ensino devem ser refletidos na prática pedagógica e reconhecendo que tanto família, o estado e os profissionais da educação na área da inclusão são os responsáveis por um processo de desenvolvimento educacional de qualidade.

Com o surgimento de novas tecnologias a sociedade se encontra em um processo de transformação que faz um leque de oportunidades e a escola tem o papel de preparar o aluno para a vida, torná-lo um sujeito com competências e habilidades que o possibilite realizar-se enquanto pessoa. Isso requer, no entanto, profissionais comprometidos com a educação e abertos a convivência com a diversidade.

Um dos fatores que foi percebido e colocado como desafio para os profissionais na área de inclusão foi sempre a formação, pois relato da própria professora intérprete demonstra que é preciso que existam “mais oportunidades de cursos de formação nessa área para que possa melhorar ainda mais o atendimento a fim de oferecer melhores oportunidades de crescimento e aprendizado para esses alunos”. Sem duvida esse é um fator que dificulta o trabalho com os alunos especiais.

Essa pesquisa levantou questões não somente destinada ao atendimento educacional especializado, mas também fatores como a importância do papel da família no acompanhamento e na educação dos filhos especiais, a necessidade da formação do professor e a socialização do aluno deficiente em uma sociedade que cobra mudanças tanto ideológica quanto tecnológica.

A pesquisa trouxe questões pertinentes em relação à inclusão de alunos com deficiência auditiva tornando explícitas relatos de vida pessoal (no caso dos pais) relatos de formação profissional (intérprete) e relatos de atuação da gestão (diretora). Foi possível observar os conhecimentos que os profissionais da escola têm em relação à educação especial, essa teoria foi percebida com a pesquisa direcionada ao pai, a intérprete e a diretora resultando na reflexão que existe sim limitações no sistema de ensino, mas a educação inclusiva faz parte da realidade e precisa ser encarada com toda a seriedade.

O que consideramos fundamental enquanto contribuição para a nossa formação com essa pesquisa, foi perceber que através da análise dos resultados de estudos realizados e pesquisa de campo é necessário articular conhecimentos, aspectos sociais, adaptar o espaço físico da escola, promover discussões nos espaços escolares e buscar a parceria da família para que assim a educação especial possa acontecer de verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. (1994). Intervenção de Joaquim Azevedo. In Ministério da Educação (Eds), Educação para todos: Ponte para um outro futuro (pp. 5-9). Lisboa: Ministério da Educação.

BATISTA, Cristina Abranches Mota Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 2. ed 68 p. : il.

BONETI, Lindomar Wessler. ANÁLISE CRÍTICA DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. In: Revista Diálogo Educacional, vol. 6, num. 17, enero-abril, 2006, pp. 113-124, Pontificia Universidade Católica do Paraná Brasil.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Deficiência Auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. – Brasília: SESP, 1997.

BRASIL, Casa Civil. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRIDI, F.R.S. Um breve olhar sobre o início e a história da educação especial. Revista Litterarius. V.5, n. 2 (jul/dez. 2006). Santa Maria: Biblos Editora, 2006.

BUENO JGS. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

BUENO JGS. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?. Revista Brasileira de Educação Especial. 2009; 3(5): 7-25.

CORREIA, José Alberto. Os "lugares-comuns" na formação de professores. Porto: ASA, 1999 b. Cadernos Pedagógico.

DOURADO, L. Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2003.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5º Ed. – Goiânia/ GO – Editora Alternativa, 2004.

LIMA PA. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

LORENZINI, M. V. O Papel do Fisioterapeuta em Classe Especial de Crianças Portadoras de Deficiência Física. Fisioterapia em Movimento. vol. IV. n. 2, 1992.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas, 5ª Ed. São Paulo: Cortez. 2005.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades Surdas %. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERRENOUD, Philippe. A formação dos professores no século XXI. Porto Alegre: Artmed, p.11-33, 2002.

PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortes, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Introdução da História da Educação Brasileira: a organização escolar. 18ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SANT'ANA IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo. 2005; 10(2): 227-234.

STROBEL, Karin Lílian. História dos Surdos: Representações 'Mascaradas' das Identidades Surdas. Estudos Surdos II / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (Orgs).– Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

VIANA, Alvanei dos Santos. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. Rio de Janeiro, UNIGRANRIO, 2010.

VYGOTSKY. L.S.. A formação social da mente. SP, Martins Fontes. Tradução José Cipolla Neto; Luiz Silveira Barreto; Solange Afeche. 1987.